



GRUPO PARLAMENTAR

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1206/XIV/2ª

RECOMENDAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO “TRANSIÇÃO DIGITAL” DO “PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA” PARA O PORTUGAL INTERIOR

Exposição de Motivos

A integração de sistemas digitais, no contexto atual, nacional, europeu e global é necessária e urgente, pelo que um processo de transição intencionalmente definido e estrategicamente delineado é fundamental e inevitável.

Iniciada com o desenvolvimento da tecnologia e disseminação de máquinas digitais, a transição digital assume-se agora como auxiliar precioso e incontornável, em período pandémico, e como ferramenta efetiva de aproximação de populações, desmaterialização de processos, acesso instantâneo a serviços e a informação, teletrabalho ou telepresença.

Foi neste contexto que, na sequência do Next Generation EU, o Governo apresentou a sua proposta de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que se apresenta como um guia para a aplicação de vários instrumentos de política a adotar no futuro próximo, numa tentativa de enquadramento com as políticas Europeias, revestindo-se de uma importância significativa, dado estar associado a um envelope financeiro relevante, que pode e devia impulsionar reformas, e tornar o país “mais verde, mais digital e mais resiliente” e mais coeso territorialmente.

A proposta portuguesa encontra-se estruturada em três grandes dimensões ou eixos, nomeadamente Resiliência, Transição Climática e Transição Digital, concretizadas através de 19 componentes que integram, no total, 36 alterações e melhorias e 77 Investimentos:

I - A primeira dimensão, que visa promover a resiliência, concentra a maior percentagem do montante global a aplicar, com 61%, e pretende reforçar a resiliência económica, social e territorial do país incluindo o Sistema Nacional de Saúde.

II – Uma segunda dimensão essencial, prende-se com a questão do aquecimento global e transição climática.



GRUPO PARLAMENTAR

III - A última dimensão, da transição digital, pretende “preparar e adaptar as competências dos portugueses” para que, enquanto cidadãos, tenham a oportunidade para explorar os ganhos em eficiência, redução de custos e novos modelos de organização e produção, alinhando-se com as prioridades europeias, e tendo em conta que Portugal continua nesta matéria abaixo da média.

A proposta do PRR dedicada aos desafios da transição digital passa pois, particularmente, por componentes como a, “Escola Digital”, “Empresas 4.0”, “Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas”, “Justiça Económica e Ambiente de Negócios” e “Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade”.

O sucesso da iniciativa da transição digital depende, essencialmente, de dois fatores: existência de competências e literacia digital em várias faixas etárias e profissões, assim como a garantia de existência e disponibilização de recursos, como o equipamento de acesso ou infraestruturas de comunicação compatíveis com os requisitos pretendidos, nomeadamente, alta velocidade, baixa latência, alta capacidade e resiliência em todo o território nacional e não apenas nas principais áreas metropolitanas.

Mas aprofundando a questão, verificamos que uma iniciativa como a transição digital apresenta vários pontos críticos na concretização de algumas das suas componentes fulcrais:

- A componente “Escola Digital” – requer a adaptação de currículos e formas de ensino, assentando na digitalização de conteúdos, formação do pessoal docente e reforço das infraestruturas e equipamentos tecnológicos. O processo educativo depende, é certo, de recursos educativos, mas assenta, principalmente, no processo pedagógico sendo essencial continuar a apostar na formação do corpo docente. Também o reforço das infraestruturas deve ser estratégico e devidamente articulado com as necessidades e características das instituições. Em contraste, a existência de instituições de ensino superior em vários locais do país poderia ser uma oportunidade para a iniciativa, contribuir para um maior equilíbrio entre as instituições do interior e do litoral.

- A componente “Empresas 4.0” – nas empresas, a transição digital é caracterizada por uma grande dinâmica no desenvolvimento de produtos e prestação de serviços eletrónicos inovadores. Uma empresa deve, assim, ser suficientemente ágil e ter a capacidade para se adaptar às novas tecnologias, linguagens e serviços. A requalificação de trabalhadores não pode ser

descurada, devendo a formação ser centrada nos modelos das organizações aprendentes.

- A componente “Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas, Justiça Económica e Ambiente de Negócios e Administração Pública – Capacitação, Digitalização e Interoperabilidade” – é fundamental que a administração pública seja um recurso de apoio ao funcionamento de empresas e instituições, dando resposta imediata e simplificada nos diversos setores de atuação.

- A componente “Assimetrias sociais e regionais e riscos de exclusão” – há um risco efetivo e bastante elevado de assimetrias sociais e regionais e riscos de exclusão, devido a vários fatores, tanto no nível de acesso a formação como no acesso a recursos: Existem populações do interior sem acesso à rede móvel, sem acesso à banda-larga e, em alguns casos, sem acesso à Internet. A Rede Ciência Tecnologia e Sociedade (RCTS), por exemplo, gerida e operada pela FCCN, só não liga por fibra-ótica Trás-os-Montes, Algarve e Baixo Alentejo e a cobertura de rede móvel é, também, insuficiente, dada a dispersão das populações em terreno de relevo acidentado, o que compromete o acesso aos serviços de triple-play, mas também a instalação e/ou modernização de empresas.

O Programa de Recuperação e Resiliência não pode ser uma fonte de novas desigualdades num país em que subsistem tantas assimetrias entre o Portugal do litoral e o Portugal do interior sendo esta uma oportunidade ímpar para reduzir as diferenças existentes e criar um território mais coeso, infraestruturando e capacitando populações estudantis e profissionais, e território do interior de forma a proporcionar condições competitivas e atrativas de funcionamento de empresas já instaladas ou a instalar como fator de desenvolvimento local.

Assim, face ao exposto, e nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõem que a Assembleia da República recomende ao Governo, no âmbito das respetivas competências que:

1 – Promova o equilíbrio e equidade entre instituições, entre subsistemas de ensino superior e entre territórios de alta e baixa densidade no que diz respeito à potencial criação de cursos totalmente ou parcialmente à distância.



GRUPO PARLAMENTAR

2 – Garanta que a capacitação de empresas e de recursos humanos seja feita, preferencialmente, por instituições já instaladas e em proximidade com o contexto e com a população local.

3 – Garanta que a formação de recursos humanos seja contextualizada e holística, tirando proveito das ferramentas para dar corpo à ação do profissional, não se limitando à simples mecanização de conceitos e aplicações.

4 – Assegure condições favoráveis à criação de empresas e indústrias inovadoras em regiões de menor densidade empresarial e/ou industrial. Apesar de os centros financeiros e de negócios estarem, geralmente, concentrados em grandes cidades, o desenvolvimento, investigação e produção pode, e deve, cada vez mais, descentralizar-se, de forma a tirar proveito de locais mais baratos (habitação, construção e espaços de produção), com melhores condições de vida (menos stress, facilidade de deslocação e mais tempo disponível) e com menos impacto ambiental.

5 – Garanta a criação de infraestruturas de comunicação essenciais ao suporte à transição digital em todo o país nas suas diversas formas, nomeadamente, fibra ótica e redes móveis, acordos de cooperação com as operadoras de telecomunicações de forma a garantir uma maior equidade territorial e social no acesso à rede e aos serviços.

6 – Assegure igualdade de acesso aos serviços públicos em todo o país, tanto em termos de qualidade da informação e do acesso como de redução dos custos inerente, proporcionando estruturas e sistemas digitais universais ao serviço da transformação económica e social de Portugal em todo o seu território, seja litoral ou interior.

Assembleia da República, 16 de abril de 2021,

Os Deputados do GP/PSD

Adão Silva

Afonso Oliveira

Isabel Lopes

António Topa

Cristóvão Norte

Jorge Salgueiro Mendes

Carlos Silva



GRUPO PARLAMENTAR

Hugo Martins Carvalho

Duarte Marques

Emídio Guerreiro

Filipa Roseta

Sofia Matos

Márcia Passos

Paulo Neves

Paulo Moniz

Jorge Paulo Oliveira

Pedro Pinto

Bruno Coimbra

Alexandre Poço

Fernanda Velez

Emília Cerqueira

Margarida Balseiro Lopes

Eduardo Teixeira

Maria Gabriela Fonseca

António Lima Costa

Carlos Peixoto

José Cancela Moura

Helga Correia

João Gomes Marques

Olga Silvestre

Luís Leite Ramos

Ilídia Quadrado

Cláudia André

Alberto Fonseca

Ofélia Ramos

Alberto Machado



GRUPO PARLAMENTAR

Carlos Eduardo Reis
Ana Miguel dos Santos
Lina Lopes
Hugo Patrício Oliveira
Mónica Quintela
António Maló de Abreu
André Coelho Lima
Nuno Miguel Carvalho
Álvaro Almeida
Maria Germana Rocha
Luís Marques Guedes
Carla Borges
Pedro Roque
Carlos Alberto Gonçalves
Isabel Meireles
António Cunha
Sara Madruga da Costa
Firmino Marques
Catarina Rocha Ferreira
Artur Soveral Andrade
André Neves